



Home | Política

► 23/11/2009 - INVESTIGAÇÃO

CPI SABATINA EMPRESA DE URNAS ELETRÔNICAS EM DIADEMA

Por: Rodrigo Bruder (rodrigo@abcdmaior.com.br)

Vereadores terão pouco tempo para concluir a investigação sobre eventuais falhas nas eleições de conselheiros tutelares

A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), que investiga supostas irregularidades no processo eleitoral do Conselho Tutelar de Diadema, sabatinou o empresário José Carlos Seisuki Gushi, nesta segunda-feira (23/11), na condição de representante da TKT1 Consultoria, empresa que coordenou a votação eletrônica do pleito.

Os parlamentares pediram explicações técnicas sobre a segurança do sistema

fornecido ao município por meio de licitação, cujos serviços custaram cerca de R\$ 47 mil. De acordo com o presidente da CPI, vereador Lauro Michels (PSDB), a empresa demonstrou que vendeu uma solução segura, porém, o município não teria tomado alguns cuidados no controle de votos. Isso porque, diz Michels, algumas seções eleitorais espalhadas em 20 escolas teriam registrado uma quantidade de votos desproporcional ao número de assinaturas de candidatos no controle das seções, além de outras supostas irregularidades.

Tão logo os parlamentares instauraram a comissão no dia 17 de setembro último amparados pelo Regimento Interno, após uma derrota dos governistas nos bastidores, a Prefeitura divulgou nota defendendo a lisura do processo eleitoral realizado em julho último. "Todo o processo para a escolha dos novos conselheiros tutelares do município foi realizado em conformidade com a Lei Municipal 2.701/2007. A ata de apuração, que encerra o processo e declara os dez primeiros colocados na eleição, foi assinada pelos membros da Comissão Eleitoral e por dois representantes do Ministério Público", disse o Executivo. A comissão foi composta pela maioria governista: os petistas José Antonio e Orlando Vitoriano (relator); a verde Regina Gonçalves; e pelos oposicionistas Célio Lucas de Almeida, o Célio Boi, Wagner Feitosa, o Vaguinho, ambos do PSB, além do tucano Lauro Michels, autor do pedido.

Prazo - A julgar pela data de instauração da CPI, os parlamentares terão pouco tempo para concluir os trabalhos. O decreto legislativo que deu origem à investigação determina que o inquérito seja concluído até 75 dias depois de sua criação – 45 dias prorrogáveis por mais 30 dias. Se for levar em conta a data da aprovação da CPI (17/09), já se passaram 67 dias corridos do início da apuração. Até agora, os parlamentares ouviram algumas pessoas envolvidas no processo, sobretudo, representantes do CMDCA (Conselho Municipal da Criança e do Adolescente), cujo órgão é o responsável direto pelo referido processo eleitoral. Michels diz, porém, que novas diligências serão realizadas e novos integrantes do pleito serão ouvidos. A reportagem tentou falar com o vereador governista Orlando Vitoriano, que é o relator do caso, mas ele não foi localizado.



Michels vai pedir novos depoimentos para a CPI. Foto: Amanda Perobelli.